

ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO GUARÁ DE PROMOÇÃO À VIDA
CÁPITULO - I

Assinatura
R. T. D. P. J.

DA DENOMINAÇÃO, FINS E A SEDE

Artigo 1 - A Associação Guará de Promoção à Vida, CNPJ 08.755.935.0001-90, constituída em 02 de abril de 2006, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com sede na Rua Bernardo Bellotto, n.º 08 / Com Rua Américo Sugai n.º 460, Sala 15, Vila Jacuí, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo e Foro na Comarca da Capital – CEP 08060-420.

Parágrafo único – A Associação terá duração por tempo indeterminado.

Artigo 2 - Os objetivos da Associação Guará de Promoção à Vida são voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

Parágrafo único – Além de tais finalidades, incluem-se também a proteção ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio público, artístico, estético, histórico, turístico, aos direitos humanos e todo e qualquer direito difuso e coletivo.

Artigo 3 - No desenvolvimento de suas atividades a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não fará qualquer discriminação de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero e religião.

Parágrafo único – A Associação se dedica as suas atividades, por meio de execução direta e indireta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de recursos humanos, financeiros e físicos, ou prestação de serviços intermediário de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e econômicos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Artigo 4 - A Associação terá um regimento interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Artigo 5 - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas unidades, quanto que se fizerem necessárias, as quais serão regidas pelo presente Estatuto Social, pelo regimento interno e pela legislação vigente.

Parágrafo Único – A Associação poderá criar Unidades de Prestação de Serviços, para execução de atividades visando a seu auto sustentação, utilizando-se de todos os meios lícitos, aplicando seu eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Artigo 6 - A Associação tem por finalidade a promoção humana através de serviços comunitários e programas específicos de atendimento à infância, adolescência, juventude, mulheres, idosos e famílias; atuando também nas seguintes áreas: meio ambiente, saúde, educação e cultura, e as que seguem nos incisos abaixo:

I. Promoção gratuita da Assistência Social, envolvendo a proteção à família, a maternidade, a infância, a adolescência, aos idosos e também promover a inclusão ao mercado de trabalho.

Assinatura

Assinatura
Andréa Santos Giglio
do Direito de São Paulo

II. **Promoção gratuita da cultura**, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, paisagístico da cidade de São Paulo.

III. **Promoção gratuita da educação**, ensino infantil, fundamental e médio; cursos profissionalizantes por conta própria ou em cooperação com instituições públicas ou privadas, sempre observado a forma complementar de participação; excluindo qualquer forma de cobrança e arrecadações, doações e contrapartida.

IV. Desenvolver projetos de educação ambiental, especialmente àqueles voltados ao estudo dos problemas da água, como poluição, escassez, uso racional, despoluição de rios e córregos, preservação e recuperação de nascentes;

V. Promoção do voluntariado, colaborando com as iniciativas públicas ou privadas, que visem o bem-estar social;

VI. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos da democracia e de outros valores universais e sociais;

VII. desenvolver e implementar projetos relacionados à assistência social, meio ambiente, a geração de renda, ao trabalho, ao turismo, à cultura, à arte, à educação, através de ações e projetos integrados e sustentáveis, no território nacional ou fora dele, promovendo o desenvolvimento econômico e social, a fraternidade e a paz entre os povos, combatendo a pobreza a degradação ambiental e a exclusão social;

VIII. Prestar serviços na área de assistência social, para crianças e adolescentes para famílias de baixa renda, celebrando convênios e parcerias, com órgão público ou do setor privado.

CAPITULO – II

DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 7 - A associação é constituída por números ilimitados de associados que compartilham os objetivos e princípios defendidos pela Associação, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. Fundadores: São aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II. Efetivos: São aqueles, incorporados pela diretoria;
- III. Beneméritos: São aqueles que se destacam por atuação relevante no alcance dos objetivos da Associação, a juízo da diretoria.

Parágrafo único – Os Associados, independentemente da categoria, não respondem subsidiariamente, nem solidariamente, pelas obrigações da Associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela diretoria.

Alor



Artigo 8 - São direitos dos associados: Fundadores, efetivos e beneméritos, quites com suas obrigações estatutárias:

- I. Votar para cargos eletivos;
- II. Tomar parte das Assembleias gerais, e nelas apresentar propostas;
- III. Propor projetos e fazer requerimentos à diretoria;
- IV. Beneficiar-se e participar de quaisquer atividades por ela desenvolvida;
- V. Desligar-se dos quadros de Associados;
- VI. Apresentar novos associados para apreciação da diretoria;
- VII. Os associados poderão concorrer aos cargos eletivos.

Artigo 9 - São deveres dos Associados:

- I. Comunicar a um dos membros da diretoria, irregularidade que tenha ciência;
- II. Prestar esclarecimentos à diretoria e ou Assembleia geral;
- III. Participar das atividades desenvolvidas pela Associação
- IV. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- V. Acatar as decisões da diretoria executiva;
- VI. Zelar pelo decoro, bom nome da Associação e pelo fiel cumprimento dos objetivos.

DA ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Artigo 10 - A admissão do associado se dará independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa; deverá preencher a ficha de inscrição e ter sido indicado por um associado e obter a indicação da diretoria que incumbir-se-á de apresentá-lo à Assembleia Geral, para sua efetivação.

- I. Devendo apresentar documento de identificação RG, e no caso de menor de 18 anos, autorização dos pais ou responsável;
- II. Concordar com os objetivos e princípios contidos no Estatuto Social;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada.

DA EXCLUSÃO E DEMISSÃO DO ASSOCIADO

Artigo 11- A exclusão dos Associado se dará nas seguintes hipóteses:

- I. Grave violação do Estatuto;
- II. Difamar a Associação ou um dos seus membros;
- III. Executar atividades que contrariem as decisões da diretoria ou Assembleia Geral;
- IV. Praticar atos ilícitos e imorais; deixar de participar de reuniões e atividades.
- V. Por vontade própria, protocolando junto à secretaria da Associação pedido de exclusão, através de documento escrito.

Parágrafo primeiro – A demissão poderá ser expressa por comunicado à diretoria ou tácita quando deixar de participar em 2 (duas) assembleias consecutivas sem justificativa.

Parágrafo segundo - A perda da qualidade de associado será determinada pela diretoria executiva, cabendo recurso à Assembleia Geral num prazo de 15 dias, que poderá reverter a decisão por 2/3 dos votos, estando presente a maioria simples.



CAPITULO - III

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 - A Associação, é composta pelos seguintes órgãos:

- I. Assembleia geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

Parágrafo único – A Associação não remunera, sob qualquer forma, os ocupantes dos cargos de sua diretoria e do conselho fiscal, devendo a atuação serem voluntarias e gratuitas.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia geral é o órgão soberano da Associação, constituir-se-á pelos associados fundadores, efetivos e beneméritos em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 14 - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente por convocação do presidente para:

- I. Apreciar e aprovar o relatório anual da diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.
- III. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- IV. Reformar parcialmente ou totalmente o Estatuto Social;

Artigo 15 - A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente quando convocada:

- I. Por um dos membros da Diretoria;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

Artigo 16 - A Assembleia Geral será convocada, por meio de edital afixado na sede da Associação, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo primeiro - Qualquer assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos Associados, em segunda convocação decorrido trinta minutos com quaisquer números de associados.

Parágrafo segundo – Todas as deliberações serão aprovadas pela maioria absoluta dos votos.

Artigo 17 - A instituição adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

DA DIRETORIA

Artigo 18 - A diretoria será constituída pelo Presidente e pelo Tesoureiro. O mandato será de 03 (três) anos, findo os quais será permitida a reeleição a critério da Assembleia Geral.

Assinatura
R.T.D.P.J.

Assinatura

André Santos Gigliotti
Membro do Conselho de Administração
Assinatura

Parágrafo único – Em caso de vacância do presidente, o mandato será assumido pelo Tesoureiro.

Artigo 19 – A diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário mediante convocação do presidente.

Artigo 20 - Não poderão serem eleitos para os cargos da entidade, os associados que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do poder público, legislativo ou executivo.

Artigo 21 - Compete a Diretoria:

- I. Traçar diretrizes políticas e técnicas da associação;
- II. Deliberar sobre projetos e áreas de atuação e acompanhar o desempenho dos projetos em andamento, elaborar programa anual de atividades e executá-los.
- III. Elaborar e apresentar à Assembleia geral o relatório anual;
- IV. Entrosar-se com instituições públicas e privadas, para mutua colaboração em atividades de interesse comum.

Artigo 22 – Compete ao presidente:

- I. Contratar e demitir funcionários;
- II. Representar a associação, ativa, passivamente, judicialmente e extra judicialmente;
- III. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- IV. Presidir a Assembleia Geral;
- V. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- VI. Outorgar procuração em nome da associação, estabelecendo poderes e prazo de validade.

Artigo 23 – Compete ao tesoureiro:

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da instituição;
- II. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- III. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas;
- IV. Conservar, sob guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- V. Manter todo numerário em estabelecimento de crédito;
- VI. Arrecadar donativos, mensalidades, contribuições e demais rendas da entidade;
- VII. Assinar em conjunto com o presidente, os cheques e demais papeis relativos a movimentação financeira;
- VIII. Elaborar o balanço anual e os investimentos patrimoniais;
- IX. Fazer os pagamentos autorizados pela Diretoria executiva;
- X. Secretariar as reuniões da assembleia geral;
- XI. Substituir o presidente na sua falta.

Alex



DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24 – O conselho fiscal é um órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira da associação, deve ser composto por três membros efetivos, com mandato de 03 (três) anos eleição e posse que coincide com o mandato da Diretoria.

Parágrafo único: Em caso de vacância, a assembleia geral deverá indicar o substituto dentre os associados para o termino do mandato.

Artigo 25 – Compete ao Conselho fiscal:

- I. Opinar sobre os balanços, relatórios e desempenho financeiro, contábil, as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da associação;
- II. Representar para a Assembleia Geral sobre qualquer irregularidade verificada nas contas da associação;
- III. Requisitar a Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens e todo e qualquer patrimônio da associação.

CAPITULO - IV

FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO

Artigo 26 – Constituem fontes de recursos da Associação:

- I. As doações e dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhes forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou de direito público nacionais e estrangeiras, bem, como os rendimentos produzidos por esses bens;
- II. As receitas provenientes da venda de publicações, artesanatos, bazares comunitários, festas beneficentes, bem como receitas patrimoniais;
- III. Receitas provenientes de contratos, convênios e termos de parceria celebrados com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- IV. Rendimentos financeiros e outras rendas eventuais.

CAPITULO V

DO PATRIMÔNIO

Artigo 27 – O patrimônio da associação, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações e títulos de dívida pública, contribuições dos associados, auxilio e donativos em dinheiro ou produtos, devendo ter registro contábil.

Artigo 28 – A associação, aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Alex



Parágrafo único – Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do município da sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculada, no âmbito do estado concessor.

Artigo 29 - A associação, não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Artigo 30 – A associação aplicará subvenção e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Artigo 31 – Em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente a outra associação sem fins lucrativos e econômicos, com o mesmo objetivo social, dotada de personalidade jurídica, que preencha os requisitos da Lei federal n.º 13.019 de 2014, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de origem e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), inexistindo, a uma Entidade Pública.

Artigo 32 – Na hipótese de a instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdure aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Artigo 33 – A associação, não constituirá patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

Artigo 34 – A prestação de contas da instituição observará as seguintes normas:

- I. Manterá a escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a Norma Brasileira de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os a disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independente se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termos de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal;

CAPITULO VI

DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 35 – A associação será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se torne impossível a continuação de suas atividades.

Alex

Andrea Santos Giglio
do Distrito de São Manuel
1988

Artigo 36 – O presente Estatuto Social, poderá ser reformado no todo ou em parte, em qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

Artigo 37 – O exercício fiscal compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 38 – os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e Referendados pela Assembleia Geral.

São Paulo, 25 de março de 2023.

André
R.T.D.P.J.

[Assinatura]
R.T.D.P.J.

Presidente: Ricardo Alves de Oliveira

RG n. ° 27.745.441-4

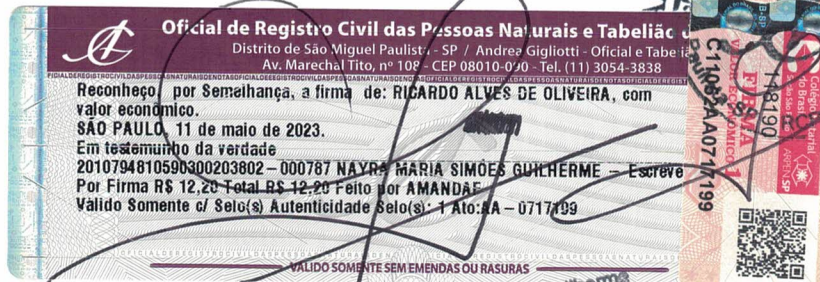
CPF n. ° 256.286.458/18

[Assinatura]

Tesoureiro: Paulo Sérgio Belizário

RG n. ° 23.732.524-x

CPF n. ° 149.445.328/22



Nayra Maria Simões Guimarães
Escrevente Autorizada

Advogado -

Alex Ferreira de Carvalho
070/SP 371.497

Andrea Santos Gigliotti
do Distrito de São Miguel Paulista



6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Radislau Lamotta

Rua Benjamin Constant, 152 - Centro

Tel.: (XX11) 3107-0031 - (XX11) 3106-3142 - Email: 6rtd@6rtd.com.br - Site: www.6rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 190.839 de 17/05/2023

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **15 (quinze) páginas**, foi apresentado em 25/04/2023, protocolado sob nº 213.492, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **190.839** e averbado no registro nº 109.496 de 14/12/2006 no Livro de Registro A deste 6º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

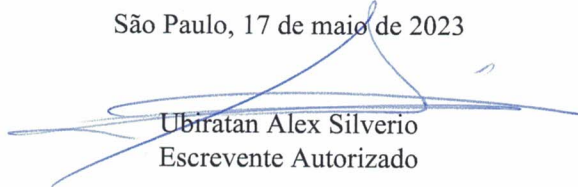
ASSOCIACAO GUARA DE PROMOCAO A VIDA

CNPJ nº 08.755.935/0001-90

Natureza:

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO/ELEICAO

São Paulo, 17 de maio de 2023


Ubiratan Alex Silverio
Escrivente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

| Emolumentos | Estado | Secretaria da Fazenda | Registro Civil | Tribunal de Justiça |
|--------------------|-----------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| R\$ 180,64 | R\$ 51,43 | R\$ 35,16 | R\$ 9,52 | R\$ 12,36 |
| Ministério Público | ISS | Condução | Outras Despesas | Total |
| R\$ 8,69 | R\$ 3,78 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 301,58 |



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00211103231495586



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1136544PJCB000018728DB23R